



Esmeralda S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Esmeralda S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Esmeralda S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Esmeralda S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 25 de setembro de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa', written over a faint, larger signature.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Esmeralda S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.693	1.119	Fornecedores	12	182	—
Contas a receber	8	5.412	6.624	Partes relacionadas	14	313	465
Partes relacionadas	14	27	15	Salários e encargos sociais		167	144
Tributos a recuperar	9	1.397	930	Arrendamentos		66	—
Estoques		583	—	Tributos a recolher		193	235
Outros ativos		164	240	Imposto de renda e contribuição social	13	227	7
Total do ativo circulante		10.276	8.928	Dividendos a pagar	15.4	8.013	9.218
Não circulante				Outros passivos		210	455
Imobilizado	10	37.262	39.021	Total do passivo circulante		9.371	10.524
Intangível	11	4.571	4.880	Não circulante			
Total do ativo não circulante		41.833	43.901	Imposto de renda e contribuição social	13	—	121
				Arrendamentos		109	—
				Total do passivo não circulante		109	121
				Total do passivo		9.480	10.645
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social	15.1	27.300	4.700
				Reservas de Lucros	15.3	15.329	37.484
				Total do patrimônio líquido		42.629	42.184
Total do ativo		52.109	52.829	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		52.109	52.829

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esmeralda S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receitas			
Receita operacional líquida	16	45.024	46.364
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	17	(6.503)	(5.726)
		(6.503)	(5.726)
Lucro bruto		38.521	40.638
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(3.751)	(2.642)
Outras (despesas) receitas		265	8
		(3.486)	(2.634)
Lucro operacional		35.035	38.004
Receitas financeiras	18	679	517
Despesas financeiras	18	(325)	(21)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		354	496
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		35.389	38.500
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.650)	(1.627)
Lucro líquido do exercício		33.739	36.873
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	20	3,923	1,351

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esmeralda S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro líquido do exercício		33.739	36.873
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		33.739	36.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esmeralda S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		4.700	940	31.818	—	37.458
Dividendos adicionais distribuídos	15.4	—	—	(22.929)	—	(22.929)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	36.873	36.873
Destinação de dividendos obrigatórios	15.4	—	—	—	(9.218)	(9.218)
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.3	—	—	27.655	(27.655)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		4.700	940	36.544	—	42.184
Aumento (Redução) de capital	15.1	22.600	—	(22.600)	—	—
Dividendos adicionais distribuídos	15.4	—	—	(25.281)	—	(25.281)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	33.739	33.739
Constituição de reserva legal	15.3.1	—	1.687	—	(1.687)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	15.4	—	—	—	(8.013)	(8.013)
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.3	—	—	24.039	(24.039)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		27.300	2.627	12.702	—	42.629

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esmeralda S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Notas explicativas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		35.389	38.500
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	10 e 11	1.924	1.564
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		—	(7)
Despesas financeiras sobre arrendamentos		21	—
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		1.945	1.557
Variações nos ativos e passivos:			
Estoques		(38)	—
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	1.212	405
Créditos tributários a recuperar		(467)	(707)
Transações com Entidades Relacionadas	14	—	(5.186)
Outras movimentações em ativos		76	(103)
Fornecedores e outras obrigações		(63)	(265)
Despesas com Remunerações e Encargos Sociais		23	20
Partes relacionadas		(164)	—
Obrigações Tributárias a Recolher	13	(41)	(102)
Outras movimentações em passivos		209	(42)
Total das variações nos ativos e passivos:		747	(5.980)
Caixa gerado nas operações		38.081	34.077
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(1.551)	(1.627)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		36.531	32.450
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	10 e 11	(402)	(159)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(402)	(159)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos		(55)	(141)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	15	(34.500)	(32.167)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(34.555)	(32.308)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.574	(17)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	1.119	1.136
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	2.693	1.119
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.574	(17)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Esmeralda S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, constituída em 28 de janeiro de 2005. Tem por atividade a exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), denominada PCH Esmeralda, com 22.000 KW de potência instalada, localizada no Rio Bernardo José, na bacia hidrográfica do Rio Pelotas, nos municípios de Barracão e Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”), empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica foi obtida em 21 de dezembro de 2001, através da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 605 - pela Companhia Statkraft Energias Renováveis S.A., posteriormente transferida para a Esmeralda S.A. (Resolução Autorizativa no 295 de 31 de agosto de 2005), pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Resolução nº 605, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Consoante Despacho no 3.057, de 26 de dezembro de 2006, da ANEEL, a Companhia obteve autorização para iniciar a sua operação comercial a partir de 23 de dezembro de 2006, quando a energia produzida pelas unidades geradoras (duas unidades de 11.100 KW cada) passou a estar disponível ao sistema.

A Licença Ambiental de Operação (LO nº 303/2022) emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM) para as atividades da PCH Esmeralda (com potência de 22,2 MW), está válida até 3 de maio de 2023. Da mesma forma, a Licença Ambiental de Operação da Linha de Transmissão (LO nº 998/2022 também emitida pela FEPAM) de 69 KV, encontra-se vigente, com validade até 01 de abril de 2027.

Para o ano de 2015, a PCH Esmeralda aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico oferecida pela Medida Provisória (MP) 688 de 18 de agosto de 2015 e Resolução Normativa nº 64 da ANEEL, optando pelo produto SP100, onde a Companhia transfere 100% dos riscos hidrológicos à distribuidora. Em contrapartida, a Companhia assume como obrigação prêmio de seguro anual pela transferência do risco do GSF (ou ainda renuncia ao benefício de recebimento de “secundário”, quando há geração excedente do ambiente Mecanismo de Realocação de Energia - MRE).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 25 de setembro de 2025.

3 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

3.2 Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, tendo portanto, preparado suas demonstrações financeiras baseada no princípio da continuidade

3.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

3.6 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos e passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

3.6.1 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment) se aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

3.6.2 Impairment de ativos financeiros

3.6.2.1 Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição e/ou construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do mobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

3.8 Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da autorização. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

3.8.1 Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Em 31 de dezembro de 2024, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados pro rata temporis ao longo do prazo de cobertura. As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

3.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses .

3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

3.14 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.15 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

3.16 Resultado por ação

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

3.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

3.18 Autorização não onerosa

A Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

3.19 Reconhecimento da receita

3.19.1 Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a entrega de energia elétrica ocorre e o controle do cliente sobre esta energia é estabelecido. A Companhia faz parte do MRE e a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do Generation Scalling Factor - GSF, que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

3.19.2 Transações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

3.20 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Sendo então a regra aplicável apenas sobre as entidades que são requeridas a cumprir esta mensuração até a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

- A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avalia os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2024.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

4.1 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

4.2 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Política de gestão de riscos financeiros

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para	Mensuração
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Em contratos futuros a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Passivos de contratos	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

5.2 Risco de mercado

5.2.1 Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira com partes relacionadas e entende não haver exposição a esse risco.

5.2.2 Risco de crédito

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo que garantem o recebimento dentro de certos limites de geração de energia independente do volume mitigando a exposição a esse risco.

5.2.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6 Instrumentos financeiros

6.1 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.693	1.119
Contas a receber	5.412	6.624
Partes relacionadas	27	15
	<u>8.132</u>	<u>7.758</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	182	—
Dividendos	8.013	9.218
Partes relacionadas	313	465
Arrendamentos	175	—
	<u>8.683</u>	<u>9.683</u>

7 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Aplicações financeiras com liquidez imediata	2.693	1.119
	<u>2.693</u>	<u>1.119</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 97,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (99,00% em 31 de dezembro de 2023). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

8 Contas a receber

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Fornecimento de energia elétrica	5.197	6.528
Saldo de mercado de curto prazo	215	96
	<u>5.412</u>	<u>6.624</u>

Apresentados como:

Ativo circulante	5.412	6.624
------------------	-------	-------

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A classificação dos títulos a receber por vencimento pode ser assim demonstrada:

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
A vencer	215	1.401
Até 30 dias	5.197	5.223
Total contas a receber	5.412	6.624

9 Tributos a recuperar

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda a recuperar	140	132
Contribuição social a recuperar	126	93
Cofins a recuperar	951	578
Pis a recuperar	180	126
Outros impostos a recuperar	—	1
	1.397	930

Apresentados como:

Ativo circulante	1.397	930
------------------	-------	-----

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Imobilizado

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas médias de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Terrenos	—	732	(341)	391	732	(341)	391
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,10 %	31.404	(15.583)	15.821	31.404	(15.228)	16.176
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,09 %	15.649	(8.424)	7.225	15.649	(8.062)	7.587
Máquinas e Equipamentos	4,61 %	29.803	(17.618)	12.185	28.974	(16.753)	12.221
Linhas de transmissão	3,01 %	501	(327)	174	501	(310)	191
Outros ativos	7,64 %	659	(257)	402	337	(234)	103
Imobilizado em curso	—	855	—	855	2.352	—	2.352
Arrendamentos	33,33 %	209	—	209	334	(334)	—
		79.812	(42.550)	37.262	80.283	(41.262)	39.021

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 1.01.2023	391	16.438	7.790	12.801	202	117	2.184	115	40.038
Adições	—	—	—	—	—	—	158	—	158
Depreciação	—	(232)	(202)	(603)	—	(22)	—	(104)	(1.163)
Transferência para outras linhas de Balanço*	—	(30)	(1)	23	(11)	8	10	(11)	(12)
Saldo em 31.12.2023	391	16.176	7.587	12.221	191	103	2.352	—	39.021
Adições	—	—	—	—	—	—	402	—	402
Transferências	—	—	1	826	—	326	(1.362)	209	—
Reclassificação *	—	—	—	—	—	—	(537)	—	(537)
Depreciação	—	(355)	(363)	(862)	(17)	(27)	—	—	(1.624)
Saldo em 31.12.2024	391	15.821	7.225	12.185	174	402	855	209	37.262

*Valor transferido para a linha de estoque no Balanço Patrimonial.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão de outorga (GSF) e outros intangíveis cujos saldos e movimentação estão a seguir apresentados:

	Taxa média de amortização a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Softwares	20,00 %	655	(654)	1	662	(648)	14
Extensão de outorga	4,14 %	5.360	(1.057)	4.303	5.360	(762)	4.598
Outros Intangíveis	3,66 %	503	(236)	267	504	(236)	268
		6.518	(1.947)	4.571	6.526	(1.646)	4.880

	Softwares	Extensão de outorga	Outros intangíveis	Total
1.01.2023	92	4.902	268	5.262
Amortização	(78)	(304)	—	(382)
31.12.2023	14	4.598	268	4.880
Reclassificação *	(7)	—	—	(7)
Amortização	(6)	(295)	(1)	(302)
31.12.2024	1	4.303	267	4.571

*Reclassificado para outro grupo de imobilizado para melhor apresentação.

12 Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de materiais e serviços	182	—
	182	—

Apresentados como:

Passivo circulante	182	—
--------------------	-----	---

13 Imposto de renda e contribuição social**13.1 Conciliação dos tributos no resultado**

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo presumido	46.843	47.914	46.843	47.914
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	3.747	3.833	5.621	5.750
Outras receitas (despesas)	668	516	668	516
Base de Cálculo	4.415	4.349	6.289	6.266
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	(1.104)	(1.087)	(566)	(564)
Outros efeitos em tributos	(3)	24	(1)	—
Dedução adicional IRPJ	24	—	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(1.083)	(1.063)	(567)	(564)

14 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora em conjunto e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante			
Contas a receber			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	27	3
Moinho S.A.	(ii)	—	12
		27	15
Passivo circulante			
Fornecedores			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	61	77
Moinho S.A.	(ii)	17	2
Santa Laura S.A.	(ii)	10	1
Statkraft AS	(i)	202	341
Statkraft Energi AS	(i)	23	44
		313	465

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 :

Resultado		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custo da compra de energia elétrica			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(469)	(446)
Statkraft Energi AS	(i)	(186)	—
		<u>(655)</u>	<u>(446)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(266)	(230)
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia LTDA.	(ii)	(1)	—
Moinho S.A.	(ii)	(149)	—
Statkraft AS	(i)	(1.252)	(335)
Statkraft Germany GmbH	(i)	(2)	—
Santa Laura S.A.	(ii)	(12)	—
		<u>(1.683)</u>	<u>(565)</u>
Total de Custos e Despesas		<u><u>(2.338)</u></u>	<u><u>(1.011)</u></u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
- (ii) Saldo composto por serviços tomados e prestados de operação e manutenção.

14.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social está representado pelo montante de R\$27.300 (R\$4.700 em 31 de dezembro de 2023) e por 27.300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (4.700.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma em 31 de dezembro de 2023), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

15.2 Aumento de capital social

No decorrer de 2024, ocorreu o aumento de capital social no valor de R\$ 22.600, mediante a capitalização parcial do saldo de reservas de retenção de lucros.

15.3 Reservas de lucros

15.3.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.3.2 Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas. Em 2024 foi deliberado em AGE a integralização parcial no montante de R\$22.600 da referida reserva por ser excessiva ao seu montante de capital social.

15.4 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2024 foram distribuídos R\$25.281 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	33.739	36.873
Constituição da reserva legal	(1.687)	—
Base de cálculo	32.052	36.873
Dividendo mínimo estatutário - %	25 %	25 %
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	8.013	9.218
Dividendos adicionais	25.281	22.929
Total de distribuição de dividendos do exercício	33.294	32.147
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	1,705	1,961
Dividendos adicionais por ação - em R\$	5,379	4,879
	7,084	6,840

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

1 de janeiro de 2023	9.239
Dividendos adicionais aprovados	22.929
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	9.218
Pagamento de dividendos	(32.168)
31 de dezembro de 2023	9.218
Dividendos adicionais aprovados	25.281
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	8.013
Pagamento de dividendos	(34.500)
31 de dezembro de 2024	8.012

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita de fornecimento de energia elétrica	46.675	47.679
Transações no mercado de curto prazo	64	429
Total da receita operacional bruta	<u>46.739</u>	<u>48.108</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(307)	(311)
COFINS	(1.408)	(1.433)
Total das deduções sobre a receita	<u>(1.715)</u>	<u>(1.744)</u>
Receita operacional líquida	<u>45.024</u>	<u>46.364</u>

17 Custos e despesas**17.1 Custos**

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Depreciação e amortização	(1.924)	(1.558)
Encargos setoriais	(847)	(923)
Serviços tomados de partes relacionadas	(655)	(465)
Serviços de terceiros	(81)	—
Salários e encargos sociais	(584)	(573)
Seguros, fianças e comissões	(2.412)	(2.207)
	<u>(6.503)</u>	<u>(5.726)</u>

17.2 Despesas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Serviços de terceiros	(616)	(1.213)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.683)	(100)
Encargos setoriais	(91)	(83)
Impostos e taxas	(777)	(198)
Materiais	(91)	(96)
Viagens e estadias	(46)	(58)
Participação nos Resultados	—	(53)
Salários e encargos sociais	(327)	(351)
Aluguel	(57)	(13)
Outros	(63)	(477)
	<u>(3.751)</u>	<u>(2.642)</u>

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18 Resultado financeiro

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	672	516
Variação cambial ativa	7	—
Total da receita financeira	<u>679</u>	<u>516</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	(20)	(39)
Juros sobre arrendamento mercantil	(11)	(5)
Variação cambial passiva	(128)	(8)
Outras despesas financeiras	(166)	31
Total da despesa financeira	<u>(325)</u>	<u>(21)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>354</u>	<u>495</u>

19 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis para fins de provisão, nem riscos possíveis para fins de divulgação no exercício de 2024.

19.1 Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.
- b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	33.739	36.873
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	8.601	27.300
Lucro diluído por ação	<u>3,923</u>	<u>1,351</u>

O lucro por ação calculado para o exercício de 2023 foi ajustado retroativamente considerando o aumento de capital via capitalização parcial da reserva de retenção de lucros ocorrido no exercício corrente para fins de comparabilidade entre os períodos.

21 Outros riscos

21.1 Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

21.2 Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva concessão e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. A Companhia aderiu a MP nº 688/2015, transferindo o risco da volatilidade do MRE para os consumidores, e em troca, pagando um prêmio de seguro regulatório.

22 Seguros

A companhia figura como cossegurada em apólice de seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026.

Esmeralda S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23 Eventos Subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2025, ocorreu a Alteração da Diretoria Estatutária da Companhia. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Thiago Maciel Tomazzoli, para o cargo de presidente.